

# Acessibilidade: a "ferramenta" para reumanizar espaços e garantir qualidade de vida

Um atropelamento aos quatro anos de idade alterou a vida de Lia Ferreira, deixando-a na condição de paraplégica. Desde então, a cadeira de rodas é o seu único meio de mobilidade.

Acessibilidade, inclusão e arquitetura são três palavras que andarão sempre de mãos dadas aos olhos de Lia Ferreira. Para esta arquiteta, especialista em acessibilidade universal e inclusão, a "boa arquitetura" e o "bom planeamento urbano" implicam reumanizar os espaços, designadamente o espaço público, e (re) pensar, planear e os construir para as "pessoas reais" respeitando a diversidade humana. Por outras palavras, se quisermos sintetizar o processo, trata-se de dar vida e sentido aos espaços. Sem desconsiderar a imensidão de desafios e barreiras que subsistem nos espaços públicos, infraestruturas, equipamentos e edificado em matéria de acessibilidade, existem "sinais de progresso" realizados, em especial, nas duas últimas décadas. Contudo, a acessibilidade é um tópico denso, com nuances e ramificações que se podem complexificar, e que nem sempre é devido e totalmente compreendido. Num Mundo em que "não existem cidades totalmente acessíveis" e onde "é difícil" classificar um edifício como "acessível", numa perspectiva de acessibilidade plena e

universal, esta é a "ferramenta" essencial que permite garantir que cidades, edifícios, equipamentos e modos de transporte servem o destinatário final: as pessoas.

Ao passo que a acessibilidade é "o instrumento que garante a eficiência e a sustentabilidade social e urbana", Lia Ferreira procura clarificar o que a leva a defender a união dos conceitos acessibilidade e desenvolvimento social e urbano: "É muito fácil perceber a importância da união destes conceitos. Com uma população tendencialmente envelhecida, é incontornável o facto de que o avanço da idade traz alterações e limitações no corpo, inevitavelmente surgem problemas de mobilidade, as alterações musculoesqueléticas que condicionam a locomoção. Nesse sentido, é fácil compreender o que me leva a associar a acessibilidade a um fator de sustentabilidade. Não há sustentabilidade urbana e social sem inclusão. A acessibilidade é o pilar de uma estrutura maior e sem ela, a estrutura fica muito frágil".

Partindo desse princípio, a arquiteta explica que a dificuldade de classificar certos edifícios como "totalmente acessíveis" é uma tarefa difícil, pois o que serve para um, poderá não servir o outro. "Em alguns edifícios procuram respeitar as condições necessárias à circulação confortável de uma pessoa utilizadora de uma cadeira de rodas, mas isso não significa que a acessibilidade seja universal. Por vezes, existem obstáculos que condicionam a autonomia e independência de uma pessoa cega ou com baixa visão ..." - exemplifica. A dificuldade em encontrar reunidas, num único espaço, todas as condições é o motivo que também a leva a dizer que "ainda não existem cidades completamente acessíveis". "Existem, sim, cidades que têm vindo a adotar soluções e metodologias que se revertem em melhorias significativas para a qualidade de vida e circulação de todas as pessoas. Na orla costeira e zona histórica de Vila Nova de Gaia tem sido feito um trabalho interessante, Matosinhos também apresenta hoje condições mais respeitadoras e acolhedoras, assim como Espinho. Estes três exemplos da Área Metropolitana do Porto dispõem de condições com apontamentos de acessibilidade interessantes, tais como: passeios largos, zonas niveladas, com passadeiras rebaixadas e sinalização tátil, pavimento mais confortável, entre outras características" - considera.

## Devolver espaços aos passos

Dando como exemplo o "urbanismo tático" [intervenção pontuais e a custo reduzi-



do] Lia Ferreira entende que começam a surgir formas de introduzir certas melhorias. Este tipo de intervenção, diz, permite “disponibilizar alternativas”, enquanto as câmaras municipais planeiam e afetam orçamento para as intervenções mais profundas e permanentes. Assim, remover o trânsito automóvel de uma rua ou torná-la numa zona de coexistência (ruas partilhadas entre peões e veículos) são exemplos de soluções que podem “resolver algumas dificuldades de acesso”.

“São soluções exemplificativas da reumanização, em que as pessoas voltam a circular num espaço que deveria ter sido sempre delas” - esclarece. Do mesmo modo, o retorno do comércio de rua leva a que o espaço público tenha de ser pensado para se tornar “atrativo e cativante” a fim de assegurar a circulação e conforto das pessoas, considera. A resposta, sem surpresas, “está novamente na acessibilidade”, através da implementação de “passeios largos, pavimento confortável, espaços verdes ou bancos para as pessoas se sentarem”.

### Barreiras e entraves

No entanto, a lista de obstáculos e barreiras, que dificultam, a mobilidade, autonomia e independência de todas as pessoas, é extensa. “É mesmo difícil sintetizar, numa lista reduzida, as barreiras multidimensionais que condicionam e impossibilitam o usufruto de espaços dotados de acessibilidade universal. No espaço público, a grande percentagem diz respeito às condições de circulação nos passeios: muitas vezes inexistentes, outras vezes com dimensões reduzidas, interrompidos, apresentam pavimentos irregulares e em mau estado de conservação, alguns têm pequenos buracos, outros são invadidos por mobiliário urbano, como as caldeiras de árvores que ocupam a totalidade do canal de circulação ou não dispõem de elementos de proteção, como as grelhas de proteção. Depois, as travessias/passadeiras geralmente são desniveladas, mas nem sempre rebaixadas, ou apresentam rebaixamentos mal executados...” - elenca.

Outro dos “pontos negros”, continua, “são os semáforos com temporizadores curtos para a travessia pedonal” e de “nem sempre se encontram equipados com avisadores acústicos e visores com contagem regressiva, informativa, sobre o tempo disponível para a realização da travessia”. “Relembro ainda a importância da sinalização informativa sonora em diferentes pontos da cidade; mais bancos de descanso; mais elevadores e plataformas a funcionar e com manutenção regular; rampas na via pública, com a mais suave inclinação

possível, pavimento confortável, regular e com boa aderência; corrimões nas escadas e rampas; instalações sanitárias devidamente adaptadas e higienizadas; sinalética com grafismo concertado, mais intuitivo, pisos táteis, entre tantos outros aspetos a considerar...”.

Quanto aos transportes públicos, considera ser necessário melhorar o acesso aos interfaces, veículos ou carruagens, assim como à informação, garantir que o modo de transporte possa acomodar no seu interior a cadeira de rodas, bem como as pessoas que se fazem acompanhar por cães de assistência e pessoas cegas ou com baixa visão.

Outra das observações que a (também) deputada da Assembleia da República faz tem que ver com o estacionamento abusivo que invade o canal de circulação pedonal e os lugares de estacionamento reservados a pessoas com mobilidade condicionada, onde “ainda impera uma grande falta de respeito”, visto que “parece existir maior respeito pelo lugar de estacionamento destinado aos veículos elétricos do que o lugar reservado a pessoas com mobilidade condicionada”.

### Identidade da cidade

Por entender que “as cidades não respondem a capas de revista”, mas antes às “necessidades reais” dos seus residentes e a quem nela circula, Lia Ferreira sublinha ser necessário compreender a acessibilidade como uma “forma diferente de pensar a cidade e os edifícios”. E, para isso, “não basta cumprir uma lista de requisitos de uma legislação”.

Assim, quando se fala da “identidade das cidades”, Lia entende que o sentimento de pertença das pessoas e dos seus espaços de representação coletiva devem ser assegurados. É que a composição dessa identidade, entende a arquiteta, também se faz “quando a pessoa se sente acolhida, respeitada, segura e confortável”. Por isso, a identidade e apropriação do e sobre o espaço são aspetos que a acessibilidade “ajuda a assegurar”, visto que é “sinónimo de qualidade, conforto e liberdade”.

“Infelizmente, ainda perdura a visão de que a acessibilidade se trata de uma despesa adicional, que exige o simples cumprimento de um quadro legislativo. Mas acredito que vamos lá chegar. Hoje estamos muito mais próximos do ponto de viragem do que estávamos há duas décadas. O percurso está a ser feito, ainda que de uma forma muito tímida. Persiste o entendimento contemplativo sobre o edifício arquitetónico, quase como sendo uma peça de escultura,

que deve provocar sensações, mais do que como forma de resposta funcional. E, sim, deve ser capaz de cumprir o desígnio de estímulo emocional e sensorial, mas isso tem de ser conceptualizado de forma a não condicionar a capacidade de resposta e de respeito para com um conjunto mais alargado de pessoas. As pessoas têm de ser capazes de aceder e de usufruir, percorrendo o mais livre, autónoma e independentemente possível os edifícios, equipamentos, e o espaço público. O edifício não pode ser só uma peça escultórica e alienar-se do lado humano” - sustenta.

### Legislação e participação

Quanto à legislação sobre a acessibilidade em espaços públicos urbanos, de lazer, culturais e em estabelecimentos e edifícios em geral, entre os quais os da administração pública, Lia Ferreira entende que “há boa legislação” em Portugal e que está “equiparada e harmonizada com a legislação mais avançada, nesta matéria, dentro do espaço europeu”. Ainda que o decreto-lei n.º 163/2006 – diploma que regula as normas técnicas de acessibilidade – seja “muito abrangente” e se traduza em “bons princípios orientadores”, está em falta a “componente da participação ativa”. Ou seja, “a voz própria de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade” que possa dizer o que falta mais. As sugestões que daí possam surgir, entende a investigadora, serão “fundamentais” para identificar o que não consta de uma legislação e o que, embora constando, precise de ser atualizado.

“Sou uma defensora de bons dispositivos legais, mas acredito que a evolução da tecnologia e os hábitos sociais implicam a revisão periódica deste tipo de documentos orientadores. Esse processo passa sempre por conhecer as atualizações do mercado e por ouvir as pessoas”, reitera.

### Fiscalização com desafios

Por forma a compreender e fiscalizar o que tem vindo a ser feito sobre este assunto, explica que, à luz da legislação vigente, o processo é feito pelas câmaras municipais, que têm a competência de fiscalizar o setor privado; a administração local, por sua vez, é fiscalizada pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e, por último, a administração pública, da responsabilidade direta e indireta do Estado, é fiscalizada pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR). A essas competências acresce o dever de elaboração de um relatório anual, redigido e publicado pelo INR com base na informação remetida pelas autarquias e IGF,

apresentando o estado-da arte do ano transato. “Em teoria, as competências e instrumentos de monitorização encontram-se definidos, mas este sistema ainda não está a funcionar com a eficácia que deveria. É complicado fazê-lo funcionar sem um investimento mais sólido, passando pela reformulação da cadeia de competências e recursos associados. As autarquias têm dificuldade em fiscalizar os privados e esta dificuldade estende-se à própria IGF e INR.... É preciso reforçar e reformar o sistema fiscalizador para agilizar e simplificar processos que, por si só, são mais complexos do que aparentam” - resume.

### Evolução e investimentos

Não obstante, Lia Ferreira admite que tem notado uma “evolução positiva”. Conta que há câmaras municipais que têm alocado verbas para melhorar as acessibilidades, evidenciando, dessa forma, uma “crescente e maior consciencialização sobre o assunto” e que “muitas acabam por ser impulsionadas pelos fundos comunitários que incentivam os compromissos da sustentabilidade e da inclusão social”. Mas nem sempre foi assim.

“Há alguns anos”, diz, a acessibilidade era “incompreendida” por “várias autarquias”. “Não entendiam porque deveriam ter uma verba destinada à acessibilidade e ainda se verifica que há câmaras que não têm consciência sobre a verdadeira importância deste tema. Aliás, nem compreendem o que é o relatório publicado pelo INR, que é uma exigência legal”. Também por esse motivo, Lia entende que, à semelhança do que aconteceu com a sensibilização para a reciclagem, deveria existir um “grande investimento” sobre a importância da acessibilidade, pois é um tema que “atinge e implica, direta e indiretamente, toda a gente”.

“Há muito tempo que deixei de dizer que a acessibilidade é para pessoas com mobilidade condicionada. Percebi, entretanto, que atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência ou incapacidades é a melhor forma e oportunidade para responder melhor a todas as pessoas. A acessibilidade não é um ato caritativo, nem deve ser dirigida a um nicho: é um investimento seguro, que vai responder a todas as pessoas e ao longo do seu ciclo de vida. Não se trata apenas de uma rampa ou de um eleva-

dor.... A acessibilidade é holística, e é para todos” - afirma.

### Pensar no futuro

Por forma a atingir esse desígnio, Lia Ferreira releva o trabalho de sensibilização que tem sido desenvolvido nas escolas, ainda que considere haver margem para “fazer mais e melhor”.

“Enquanto continuarmos a olhar para esta temática como algo dirigido para ‘aquelas pessoas’, para os ‘coitadinhos’, as crianças e os jovens não vão sentir empatia. Vão sentir tristeza. Não vão perceber que há soluções e que o assunto pode e deve ser abordado de forma mais positiva e construtiva. Devemos, por isso, desencadear ações de empoderamento e de capacitação, começando pelas crianças. São elas que vão transmitir a mensagem em casa e germinar um futuro mais inclusivo. Certamente, não serão a solução instantânea e imediata, mas são a convicção de um futuro mais justo e igualitário” - termina. •

## Sobre Lia Ferreira

Licenciada em Arquitetura, pela Universidade do Porto, enquanto estudante iniciou a sua especialização em acessibilidade, que procura aprofundar desde então. Lia Ferreira está atualmente a terminar o seu doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. É investigadora integrada no DINÂMIA'CET [um dos centros de investigação do Iscte] e também está integrada no Núcleo de Estudos da Deficiência.

A sua vida profissional começou com um estágio num gabinete de arquitetura em Espinho. Mais tarde, integrou um projeto subdividido em duas áreas: Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, e Gabinete de Mobilidade e Planeamento do Território. Com o passar do tempo, foi convidada a assessorar o provedor do Cidadão com Deficiência na Câmara Municipal do Porto, tendo mais tarde assumido a função de provedora. Em dezembro de 2017, o atual edil do Porto, Rui Moreira,

decidiu extinguir o cargo e Lia Ferreira foi apoiar tecnicamente o Instituto Nacional para a Reabilitação, onde esteve até outubro de 2019, altura em que passou a integrar o Gabinete da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência. Já a 1 de fevereiro de 2023 abandonou esse gabinete para assumir a coordenação da Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades para trabalhar a acessibilidade na administração pública. Esteve por lá até junho deste ano, altura em que Francisco Assis, eleito eurodeputado, renunciou ao seu mandato na Assembleia da República, tendo sido substituído por Lia Ferreira, uma vez que era a seguinte da lista de candidatas a deputados.

Com “várias vidas em simultâneo”, Lia Ferreira integra a Ordem dos Arquitetos, enquanto vogal do Conselho de Disciplina Nacional.

Paralelamente, desde 2009, exerce funções políticas em Santa Maria da Feira, de onde é natural. De 2009 até 2017 foi eleita como membro daquela assembleia municipal e, entre 2017 e 2021, foi vereadora sem pelouro na autarquia feirense. Nas eleições autárquicas de 2021, voltou a ser eleita como deputada municipal, funções que exerce atualmente.

